

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**8ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de maio de 2022.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu peço um pouco de silêncio para a gente começar a sessão.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração do Dia Nacional da Defensoria Pública, proposta pelo deputado Marcelino Galo.

Convido para compor a Mesa o Sr. Proponente da sessão, deputado Marcelino Galo; o Sr. Defensor Público-Geral, Rafson Saraiva Ximenes; a Sr.<sup>a</sup> Secretária da Promoção da Igualdade Racial, Fabya Reis; a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Políticas para as Mulheres, Julieta Palmeiras; o Sr. Procurador-Geral de Justiça Adjunto, Paulo Marcelo; a Sr.<sup>a</sup> Procuradora Maria Angélica dos Santos Rodrigues, que neste ato representa a Procuradoria-Geral do Estado da Bahia; o Sr. Coronel Jadson Almeida, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militares, coronel Marchesini; a Sr.<sup>a</sup> Corregedora-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Dr.<sup>a</sup> Liliana Sena Cavalcante; a Sr.<sup>a</sup> Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Sirlene Assis. (Palmas, muitas palmas.)

Se essa fosse minha colega deputada, eu já ficaria preocupado, porque ela iria ser muito mais votada. Ainda bem que não é.

O Sr. Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, Igor Rafael; a Sr.<sup>a</sup> Delegada-Geral Adjunta, Elaine Nogueira, representante da delegada-geral da Polícia Civil, Heloísa Campos; e o Sr. Ouvidor Adjunto do Estado da Bahia, Valdenor Cardoso. (Palmas)

Convido todos os presentes para ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao proponente da sessão especial, meu colega deputado Marcelino Galo.

**O Sr. MARCELINO GALO LULA:** Bom dia a todos, bom dia a todas.

É com uma honra muito grande que nós os recebemos nesta sexta-feira 13, para aqueles mais supersticiosos, um dia de sorte. E desejar sorte a todos os defensores e defensoras. Então, coincidência que caiu justamente nesta data. Mas esta data também é a da dita abolição da escravidão neste país, com a Lei Áurea e

um conjunto de leis. E dentre essas leis existe justamente ali... A história colocou e as forças políticas de dominação neste país, a elite, colocaram entre as chamadas leis de abolição da escravidão, desde a Eusébio de Queiroz até a Lei Áurea, a chamada Lei de Terras, de 1850.

Talvez seja uma das leis que estruturou a desigualdade tão grande neste país. Essa lei legalizou o roubo de terras iniciado quando aqui chegaram os colonizadores e aniquilaram, assassinaram, exterminaram os povos indígenas e as fatiaram entre eles. Foi essa lei que, justamente, inviabilizou, não permitiu que os escravos “recém-libertos” tivessem acesso aos meios de produção, tivessem acesso à terra.

Talvez seja uma das leis mais importantes na estruturação da injustiça neste país. Ela origina, justamente, essa demanda por justiça social, por dignidade, isso que vocês, defensoras e defensores públicos, representam. Então, para a gente aqui, são muito importantes.

Então, saudando a todos, saudando também o movimento das galerias, a dignidade e a valorização da Defensoria Pública é o que todos nós queremos. Por isso que já virou tradição nesta Casa. Ano a ano, obrigatoriamente, esta Casa se abre para recebê-los.

Muito obrigado pela presença de todos e muito obrigado pelos serviços tão fundamentais que vocês prestam a uma sociedade tão desigual.

Então, dando início, queria cumprimentar o presidente desta Casa e agradecer a ele pela presença nesta abertura, o que significa a atenção que ele dá à Defensoria Pública, o deputado Adolfo Menezes.

Cumprimentar esse que conduz com muita competência e dá continuidade a esse companheiro que está aqui, o Clériston, na gestão da Defensoria Pública, o Dr. Rafson Saraiva Ximenes.

Cumprimentar também aquela que, na herança da desigualdade deste país, cuida justamente da reparação, do combate ao racismo tão presente – tão necessária essa luta com muita força nesse momento –, que é a nossa querida Fabya Reis.

Cumprimentar também outra secretária de muita identidade, porque ela é uma defensora da vida digna, contra a violência contra as mulheres, a secretária de Políticas para as Mulheres, Julieta Palmeiras.

Cumprimentar o Sr. Procurador-Geral de Justiça Adjunto, Paulo Macedo de Santana Costa, que neste ato representa a procuradora-geral de Justiça do Ministério Público, Norma Cavalcanti.

Cumprimentar também, aqui presente nesta Mesa, a Sr.<sup>a</sup> Procuradora Maria Angélica dos Santos Rodrigues, que neste ato representa a Procuradoria-Geral do Estado, a PGE; o Sr. Coronel Jadson Almeida, representante do comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militares, coronel Marchesini; a Sr.<sup>a</sup> Corregedora-Geral da

Defensoria Pública na Bahia, Dr.<sup>a</sup> Liliana Sena Cavalcante; e a nossa querida Sr.<sup>a</sup> Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Sirlene Assis. (Palmas)

Muito obrigado pela presença.

(Lê) “Meus senhores, minhas senhoras, nos tempos bichudos e tirânicos tempos em que vivemos a Defensoria Pública precisa encontrar forças para defender aqueles que dela precisam, mas também para defender a si própria.

Então, defender os pobres e buscar a sua liberdade dentro da conjuntura de um governo que fala em armar aos ricos para se defenderem dos pobres; que expulsa índios de suas terras e as entrega à ganância e à fúria de garimpeiros e jagunços do agronegócio; que tenta calar a imprensa e travar toda e qualquer manifestação cultural; que persegue e exclui ainda mais os negros, a diversidade de gênero e as necessidades e autonomia das mulheres; abre guerra declarada contra a educação como instrumento de liberdade de pensar, de formular e agir.

É dura e árdua a vida dos defensores e defensoras públicas. Não que antes fosse fácil, mas agora a faca está no pescoço, e se parte para discriminar aqueles e aquelas que se dispõem a defender os indefesos e excluídos da sociedade.

O discurso enganador de que bandido bom é bandido morto esconde o preconceito e omite uma palavra: pobre. O que se quer dizer e se interpreta na sociedade em todos os poderes do Estado é: bandido pobre tem que morrer.

E é a esse estrato da população que se destina o trabalho da Defensoria.

Agora, localizemos isso num estado que foi capital da colônia e que possui uma população, em sua maioria, negra, desempregada e com dificuldades de acesso à educação, emprego, saúde, enfim, a todos os serviços que deveriam ser universalizados.”

Principalmente o acesso à Justiça.

(Lê) “Com muita dificuldade o trabalho da Defensoria se expande em todos os territórios do estado baiano, com sedes em 41 municípios da Bahia, implementando mais de 45 variadas ações e programas como:

- Ação reflexiva para homens
- Acolhimento jurídico às crianças com microcefalia
- Casamentos coletivos em unidades prisionais
- Inspeção em unidades prisionais

Ainda é muito pouco, porém conseguido com muita luta e muito esforço das equipes da Defensoria e das ágeis, competentes e honestas gestões que se sucedem.

Atuando nas áreas Criminal e Ação Penal; Juizados Especiais; Cível e Fazenda Pública; Criança e Adolescente; Curadoria Especial; Família; Direitos Humanos; Idosos; Instância Superior.

Por tudo que faz e representa, queremos nos solidarizar com o trabalho da Defensoria Pública da Bahia, ao seu defensor-geral, Rafson Saraiva Ximenes, e a

toda a sua equipe e, neste Dia Nacional da Defensoria Pública, parabenizar pela luta e atuação a favor dos excluídos da nossa sociedade, ajudando a diminuir as desigualdades e sendo um alento na construção de uma sociedade mais justa e igual para todos e todas.”

Viva a Defensoria, viva os defensores e defensoras, viva a democracia que sobreviverá neste país! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, Igor Raphael.

**O Sr. IGOR RAPHAEL DE NOVAES SANTOS:** Meu muito bom dia a todas e a todos.

Saúdo, no início, à Mesa na pessoa do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adolfo Menezes. Deputado, estivemos juntos, na última quarta-feira, em seu gabinete. Encontramo-nos ontem novamente, no encontro nacional, e estamos aqui juntos hoje. Eu acho que isso demonstra, primeiro, que a Defensoria é sempre muito bem acolhida aqui. Então, agradeço pela presença.

Também quero saudar a Mesa na pessoa do deputado Marcelino Galo. Deputado Marcelino, em nome das defensoras e defensores públicos eu o saúdo e congratulo-me também com mais uma homenagem à nossa classe.

Quero pedir licença também para saudar os demais representantes da Mesa na pessoa da nossa ouvidora, Sirlene Assis, minha ouvidora. Parabenizá-la também, mais uma vez, desta vez em público, pela presidência do Colégio Nacional das Ouvidorias Públicas.

Quero também saudar toda a plenária na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Emili Galo, na pessoa de quem também saúdo todos os representantes da advocacia aqui presentes.

Peço licença também para saudar, ainda na plenária, o Dr. Eduardo Saback, representante aqui junto a tantos outros colegas e futuros colegas defensores públicos, que serão empossados.

E, por fim, quero saudar também o nosso grande servidor Rogério Almeida, na pessoa de quem também saúdo todos os servidores e servidoras da Defensoria Pública do Estado.

Comemoramos hoje o Dia Nacional da Defensoria Pública, e sem os servidores, sem vocês também não poderíamos estar executando esse serviço tão bem mencionado aqui pelo deputado Marcelino.

Meus amigos, novamente bom dia a todas e a todos neste 13 de maio tão bem observado com as críticas e releituras necessárias, deputado Marcelino. Precisos 6 dias antes do nosso dia, 19 de maio, retornamos de forma presencial à celebração da data reservada para a nossa categoria depois de 2 anos sem

atividades presenciais por conta dos cuidados, que são ainda, de certa forma, necessários por conta da Covid-19.

Foram 2 anos difíceis, não somente para brasileiros, para todos os baianos, para todos nós que estamos aqui presentes. Nesse processo de dor gerado pelas perdas pessoais e familiares, em um processo de profundo autoconhecimento e isolamento social, como não poderia deixar de ser, nós, infelizmente, também tivemos inúmeras experiências negativas que extrapolaram a esfera pessoal e, por muitos momentos, com ela se confundiram.

Afinal, queridos colegas defensores, queridas colegas defensoras, quantas vezes a dedicação ao trabalho teve de se confundir com o cuidar dos nossos filhos, que também enfrentavam o mesmo desafio de se enclausurar por conta de uma doença. Quantas vezes esse mesmo trabalho se confundiu com o cuidado dentro de nossa casa ou, à distância, cuidando dos nossos pais idosos ou não, e o receio de perdermos quem nos deu a vida nesse processo todo.

Em meio a tudo isso, a dedicação das defensoras e defensores públicos, que já era absolutamente cotidiana, se transformou em algo que chega a não encontrar correspondência no dicionário. Nossa classe, cuja essência sempre foi a de cuidar do outro, de lhe conferir acesso à Justiça, de dar concretude ao conceito de autoridade, autoridade que mais à frente eu vou tornar a falar...

Vejam, nosso propósito, é importante destacar sempre isso, deputado Marcelino Galo, não é apenas o acesso à Justiça, é um acesso absolutamente qualificado, é um acesso humanizado a partir de uma solução para aquele conflito que, ao contrário de tantos outros conflitos ouvidos no nosso dia a dia enquanto cidadãos em isolamento social, para tantos outros já devia muito antes de uma condição especial de vulnerabilidade, uma condição anterior.

Afinal, e é preciso rememorar o que aconteceu nesses últimos 2 anos, como exigir práticas de autocuidado, álcool em gel, máscaras, higiene rigorosa de quem já tinha a capacidade financeira extremamente reduzida e não era possível sequer se alimentar e, ao mesmo tempo, garantir o valor do aluguel.

Os pedidos de fixação de pensão alimentícia, deputado Marcelino, deputado Adolfo, explodiram. As solicitações de regulamentação de guarda também alcançaram números que antes não eram vivenciados por todos nós. O mesmo em relação ao atendimento à saúde, sem falar na demanda criminal, sem falar na demanda daqueles que, enclausurados, já em isolamento, perderam a possibilidade de contato afetivo com seus familiares.

A população brasileira, deputado, empobreceu. Enfrentamos índices econômicos que não eram vistos ou experimentados a, pelo menos, uma ou, quiçá, duas décadas. O Brasil, senhoras e senhores, nunca precisou tanto da classe dos defensores públicos. A Bahia nunca precisou tanto de nós, defensoras e defensores públicos.

Por outro lado, e que não se permita o engano, deputado, nossa classe também precisa deste estado, este estado que tem atores políticos tão bem representados nesta Casa, não só atores políticos, atores culturais. Este Plenário aqui é tão belo. Nós precisamos do estado, e também o estado precisa de nós.

É preciso também lembrar a nossa campanha lançada no passado, uma campanha nacional, deputado, para que a Defensoria, a justiça e cidadania busquemos sempre estar cada vez mais presentes.

Eu não posso deixar também de destacar aqui e fazer uma singela homenagem aos três colegas que perdemos nos últimos 3 anos, três colegas associados, três colegas que nunca se desassociaram, três colegas que reconheceram sempre a luta associativa: Dr. Valdemir Pina, eu peço uma salva de palmas (palmas); Dr.<sup>a</sup> Rosenilde Serapião (palmas); e mais recentemente, infelizmente, Dr. Pedro Joaquim (palmas).

Nós, defensoras e defensores públicos, por todo o contexto econômico e social apontado, temos trabalhado não apenas no judicial, mas também no extrajudicial, de forma absolutamente extrema. Eu gostaria de pontuar que muitos colegas têm buscado o apoio da associação para tratar inclusive de questões de saúde, deputado.

Estamos extremamente dedicados, permaneceremos dedicados, mas é preciso destacar a demanda enorme que temos enfrentado. Não há nada mais de concreto do que isso para que se reconheça, mais uma vez, o tamanho da importância da carreira para a Bahia. E é preciso que esse reconhecimento, deputado, para além dos discursos, prêmios e merecidas palavras, tenha um resultado concreto.

A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia é a Casa do povo, local da articulação política em prol do bem-estar desse mesmo povo, ao passo que defensoras e defensores públicos, assim como a Assembleia, atuam como instrumento de redução das desigualdades sociais. Sem receio algum, eu destaco aqui minha absoluta convicção de que os passos desta Casa devem ser os mesmos trilhados no mesmo caminho percorrido pela Defensoria Pública.

Como é de conhecimento de V. Ex.<sup>as</sup>, e me refiro a todos os atores políticos aqui presentes...

Eu quero fazer uma breve pausa só para destacar a presença aqui do deputado Amauri Teixeira. Peço também uma salva de palmas. (Palmas) Para quem não o conhece, o deputado Amauri Teixeira é um dos grandes responsáveis pela Emenda 80, que destacou a nossa... Muito obrigado pela presença, deputado.

Mas como é de conhecimento de todas as autoridades políticas aqui presentes, temos aqui, na Assembleia Legislativa, ao menos, três projetos de lei que tramitam mais ativamente que são de interesse da instituição e, portanto, em exercício lógico, também são ainda de interesse do povo baiano e desta Assembleia.



Meu desejo é o de que possamos continuar a caminhar e a colocar nossa amada Bahia no local em que ela merece estar, que não é o de pior estado do Nordeste em cobertura da população de baixa renda, o quinto do país nessa mesma escala, em um dos poucos estados da Federação que ainda não tem uma lei de iniciativa da Defensoria Pública, reconhecida pela Casa do Povo.

Esta é uma das lutas da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado da Bahia.

Viva a Defensoria Pública!

Viva os Defensores!

Viva a todos os que se debruçam sobre esta atividade e sempre tentam reduzir a desigualdade social. (Palmas)

Eu já encerro parafraseando o grande Amilton Bueno de Carvalho, desembargador aposentado do Rio Grande do Sul, professor de quase todos nós, quando diz: “A Defensoria Pública não quer ser poder. Pense claro que todo poder tende, insuportavelmente, ao abuso, de certa forma. O poder não suporta a alteridade.”

Eu disse que ia voltar um pouco à alteridade. Aqui eu já digo, com as minhas palavras, o seguinte. O poder que temos – e esse nós temos e teremos sempre – e queremos sempre manter, como disse há pouco, é o poder de transformar as vidas, o poder que efetiva os preceitos constitucionais do acesso à Justiça e à completude da igualdade, um poder, plenamente, compatível com a autoridade, e que nenhum de nós aqui presentes jamais, repito, jamais se esqueça, pois onde há Defensoria Pública, há justiça e há, sempre, cidadania.

Muito obrigado. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Senhores e senhoras, eu vou passar a presidência dos trabalhos para o meu colega deputado Marcelino Galo, em virtude de eu ter outra agenda. Agora pela manhã, às 8 horas, já tive agenda com o ministro Humberto Martins, presidente do STJ; com o presidente, o vice-presidente e demais membros do Tribunal de Justiça da Bahia. A agenda é um pouco cheia. Peço desculpas para me retirar.

Mas quero dizer, em meu nome e em nome de todos os colegas deputados, que esta Casa, como sempre, estará aberta para fazer o que tiver ao nosso alcance e para ajudar uma tão importante categoria, tão necessária categoria, ainda mais no período em que cada dia piora no nosso país. Podem contar conosco.

Claro que Dr. Rafson e demais sabem, mais ou menos, como funciona os poderes. Nós somos o Poder Legislativo, onde a gente sabe perfeitamente o poder de transferência obrigatória, através dos recursos por parte do Executivo. O Dr. Rafson compreende.

Nós temos as nossas limitações da forma como as coisas funcionam. O que eu digo sempre é que o nosso país precisava muito se aperfeiçoar. Na teoria, é uma coisa, o que está escrito na Constituição é uma coisa; na prática, é outra. A gente sabe que os poderes são independentes, entre aspas, só na Constituição. O Dr. Rafson e os demais sabem do que eu estou falando. Mesmo sabendo da importância e da necessidade das justas reivindicações de todos vocês, nós temos, às vezes, limitações pela força do Poder Executivo, no entendimento do Executivo.

Peço desculpas por ter de me ausentar para cumprir outra agenda.

Que Deus proteja todos nós.

Muito obrigado.

Conte sempre com a gente.

Passo a direção dos trabalhos para o meu amigo Marcelino Galo.

(O deputado Marcelino Galo Lula assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Vamos agradecer ao presidente, que fez a abertura deste evento; também, agradecer pela participação do Dr. Igor Raphael, presidente da associação, pelas suas palavras e pela atuação que tem junto a vocês, defensores e defensoras, que é muito importante esta representação da associação. Então, gostaria de registrar as presenças importantes a este evento, começando pela própria Defensoria, pois só ela pode nos proporcionar este encontro.

Há dois ex-deputados presentes, um dos melhores que já passou por esta Casa, o deputado Álvaro Gomes (palmas), que hoje faz falta nesta Casa. Ao lado, está o deputado Amauri Teixeira, um dos melhores deputados federais da Bahia, que faz falta, hoje, naquele Congresso Nacional. Repito que faz falta ter uma representação como Amauri Teixeira, que tem uma luta junto à Defensoria de muito tempo. Então, muito obrigado pelas presenças dos dois. (Palmas)

Registro as presenças de Welton, chefe de gabinete do Inema; Daniel Vila Nova, da OAB, presidente da Comissão Especial de Apoio à Advocacia perante a Justiça Federal e juizados especiais; Poliana Santana, vice-presidente da OAB; Rosane de Melo de Assunção, defensora pública e coordenadora especializada da Curadoria. Obrigado a todos pelas suas presenças.

Então, seguindo, nós vamos dar o registro de todos os presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Agora, eu concedo a palavra a Sr.<sup>a</sup> Sirlene Assis, da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, pelo tempo de até 5 minutos.

**A Sr.<sup>a</sup> SIRLENE ASSIS:** Estão ouvindo a minha voz?

(A Sr.<sup>a</sup> Sirlene Assis procede à cantoria da música “*Canto das Três Raças*”).  
(Palmas)

Eu estou emocionada, gente! É este grito, é este clamor de justiça, igualdade e cidadania que a Defensoria Pública do Estado da Bahia escuta todos os dias em



cada canto da Bahia. É o grito dos quilombolas, dos indígenas, dos ciganos, dos ribeirinhos, das mulheres vítimas de violência, da população LGBTQI +. É este grito que ecoa. Por isso, estamos celebrando o mês da Defensoria, o dia da Defensoria, muito mais do que isso, renovando a nossa esperança.

Quero saudar o nosso deputado Marcelino Galo por esta sessão e por ser parceiro da nossa Defensoria. Saúdo o nosso DPG, Dr. Rafson Ximenes, por ser este grande gestor. Eu digo sempre que Rafson não é só grande no tamanho, mas ele é grande nas ideias, no pensamento e no compromisso de um projeto societário da Defensoria e de nação, pois ele perpassa a Defensoria. E, aí, eu saúdo meu presidente da associação, Igor, grande guerreiro, coerente, comprometido com a classe. Saúdo todas as autoridades presentes como Julieta Palmeira, Fabya Reis, minha corregedora, meu ouvidor. Cada um sintam-se abraçados neste momento.

Eu quero pedir que se levante o nosso GO. Por favor, nosso GO. Quero uma salva de palmas para esses guerreiros e guerreiras! (Palmas) A Defensoria Pública não tem apenas uma Ouvidoria externa, mas ela tem o GO, que é representado pela sociedade civil das unidades defensoriais.

E, aí, eu peço a bênção a pai Jonatas, que é ialorixá, pai de santo. O nosso GO tem pai de santo, o nosso GO tem diácono, futuro padre, o nosso GO tem espírita, tem quilombola, tem Marcelo que é indígena, tem as mulheres, tem a terceira idade.

O nosso GO é plural e é diverso. Isso é Defensoria, porque tem o cunho de trazer o povo para pensar a instituição. Não é uma ação assistencialista do populismo, mas é garantir direito. Não tem como pensar em direito sem estar ao lado do povo.

Em nome do GO, em nome dessas lideranças, desses guerreiros e guerreiras, que não ganham nem um centavo, este é um trabalho voluntário de participação social e controle social, não só na atuação da Defensoria Pública, mas também da Ouvidoria.

Obrigada pelas presenças. (Muitas palmas)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Deputado Galo, quero dizer que nós precisamos de orçamento para a Ouvidoria, para a Defensoria Pública. Nós precisamos equiparar o salário dos defensores públicos com o salário dos membros do Ministério Público. Mas, para isso, o que é preciso? Orçamento! (Palmas)

Por mais que o Dr. Rafson Ximenes queira aumentar o salário dos defensores (palmas), nós não temos orçamento. (Palmas) Nós precisamos ter (palmas) mais orçamento para poder empossar os “verdinhos”, aqui, os “verdinhos” que passaram no concurso público e, futuramente, serão empossados para atender nosso povo da Bahia.

Deputado, em seu nome, eu peço a esta Casa que coloque mais orçamento. Há muitos deputados, Amorim, eterno deputado. Eu peço que defendam a Defensoria. Mas cadê as emendas parlamentares para a Defensoria? Não tem, gente! (Palmas) Precisamos apoiar a Defensoria e colocar mais orçamento. Isso aqui não é passar cuia, não! A gente queria uma grande rede. Eu queria que o nosso governador estivesse aqui, repito, o nosso governador, porque eu também elegi o Rui Costa. Gostaria de dizer a Rui Costa que investir na Defensoria é investir no povo da Bahia! (Muitas palmas)

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Deputado e amigo, nós precisamos pautar mais orçamento para termos concurso público para servidor. (Palmas) E, quando comemoramos o Dia da Defensoria Pública, não são só os defensores, mas também é o estagiário, pois é o servidor que está no dia a dia, na ponta. Cuidar da Defensoria é cuidar do povo da Bahia.

O Brasil empobreceu ainda mais. O nosso povo está batendo à porta da Defensoria, está clamando. Somos nós a unidade dos três poderes: o Judiciário, o Executivo e o Legislativo na defesa da democracia.

Deixo aqui o meu agradecimento e o meu axé.

Viva a democracia! (Palmas)

Viva a Defensoria Pública do Estado da Bahia! (Palmas)

Viva o povo da Bahia! (Palmas)

Viva a Assembleia Legislativa! (Palmas)

Meu muito obrigado e meu axé. (Palmas, muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Muito obrigado à nossa ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia que ouviu, mas também fala um bocado. Então, agradecer a Sirlene pela sua participação.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Então, agora, vamos registrar também as presenças de: Breno Valadares (palmas), superintendente de Assuntos Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Ilde Rocha (palmas), chefe de gabinete da Polícia Rodoviária Federal; Valdelice Moreira Lisboa (palmas), coordenadora da Pastoral da Criança; Eva Rodrigues (palmas), subcoordenadora da Proteção aos Direitos Humanos; Gilda Gordilho (palmas), diretora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, representando todos os servidores; Danilo Rodrigues (palmas), defensor público e coordenador da 13ª Defensoria Pública Regional de Alagoinhas; Donila Fonseca (palmas), coordenadora da capital da Defensoria Pública; e Gisele Aguiar Ribeiro (palmas), defensora pública e coordenadora da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Muito obrigado a todos vocês pelas suas presenças.

Vamos continuar as nossas falas em homenagem aos nossos defensores e defensoras.

Chamo a nossa secretária de Promoção da Igualdade Racial, Sepromi, a nossa Fabya Reis, pelo tempo de 5 minutos. (Palmas)

**A Sr.<sup>a</sup> FABYA REIS:** Bom dia a todos e todas.

Peço licença para retirar a máscara.

(A Sr.<sup>a</sup> Fabya Reis retira a máscara de proteção.)

Saúdo o nosso deputado Marcelino Galo que preside esta sessão especialíssima em celebração ao Dia da Defensoria Pública. Parabenizo Marcelino pela sua atuação, pelo acolhimento e pela possibilidade de, nesta sessão, a gente trazer pautas tão relevantes como as que nós temos ouvido. Espero que a gente tenha, no pós-pandemia, este encontro que é, também, o encontro pela democracia, é um encontro pelo fortalecimento da Defensoria Pública e tudo o que ela representa. Então, parabéns ao nosso deputado por esta proposição.

Quero saudar também o Dr. Rafson Ximenes pelo excelente trabalho à frente da Defensoria Pública, pois o senhor tem sido uma voz importante ao lado dos defensores e das defensoras para representar uma gestão com transparência, uma gestão perseverante em defesa dos direitos dos defensores e das defensoras, para que, na sua missão, eles possam, sim, assegurar o que a nossa Constituição já preconizou como a autonomia, a austeridade, o trabalho de excelência que esta instituição tem prestado aos brasileiros e às brasileiras. (Palmas)

Bem, no caso da nossa Defensoria da Bahia, os defensores públicos têm sido incansáveis em se colocar em prol das pessoas mais vulneráveis, em prol das pessoas que têm, no seu cotidiano, os seus direitos violados. Portanto, ao saudar o senhor, saúdo, também, esta instituição e todos os defensores e as defensoras.

Peço licença a esta Mesa extensa, pois gostaria de cumprimentar a nossa secretária Julieta Palmeira, a nossa parceira aqui, minha colega de governo, em missão tão relevante em defesa dos direitos das mulheres. E sei que, assim como eu, ela conta, sim, com a Defensoria para esta missão honrosa. Parabéns, Julieta, também pela sua determinação no trabalho. (Palmas)

Quero saudar a nossa ouvidora que tão bem representou anseios, agendas de trabalho, reivindicações. Quero parabenizar Sirlene Assis, a nossa ouvidora da Defensoria Pública, que tem feito um trabalho extraordinário de escuta e de “itinerância” por esta Bahia com a Ouvidoria. Vi representado o grupo operativo da Defensoria.

Quero pedir licença para saudar Jonatas que está aqui e, ao mesmo tempo, lhe pedir a bênção. Dizer que é esta diversidade que a gente quer ver. (Palmas)

Saúdo o nosso representante, Dr. Igor, do conselho. Ele fez uma fala potente, recuperando toda a trajetória desta instituição. Nestes pouquíssimos 5 minutos, eu quero dar o meu testemunho e dizer da honra e da alegria da Secretaria de

Promoção da Igualdade Racial em ser parceira da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

A Defensoria Pública é da rede estadual de combate ao racismo. Hoje, não por acaso, Dr. Clériston, mas é o dia 13 de maio, o dia em que nós tivemos um estatuto formal que aboliu a escravidão no nosso país. Do ponto de vista histórico, do ponto de vista do ato, sim, é importante, mas insuficiente, porque, com ele, não vieram as medidas de reparação.

Por isso, nós, hoje, temos de estar aqui firmes.

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial tem de estar firme para pensar em reparação. A Defensoria Pública do Estado da Bahia, melhor, a defensoria pública, no Brasil, luta, justamente, para garantir o direito daqueles e daquelas que não tiveram sua reparação no dia 13 de maio de 1888. (Palmas) Então, é uma data simbólica.

Eu trago, portanto, a minha gratidão, a nossa reafirmação de parceria, Dr. Rafson, porque eu sei que nós começamos – e eu tive a felicidade de estar secretária – na gestão de Dr. Clériston, quando iniciamos, fortemente, uma ação em que trouxemos, para reconhecimento, nos júris populares realizados pela Defensoria Pública, os nossos heróis como Zumbi dos Palmares (palmas) e as nossas heroínas como Luíças Mahins e Dandaras (palmas), dentre tantos outros que esta Defensoria trouxe para trazer o nosso legado de luta e de resistência.

Também saúdo porque a nossa Defensoria se preocupa com o indivíduo desde a tenra infância. Há uma campanha que eu acho lindíssima. Trata-se da Campanha Infância sem Racismo. Essa é daquelas para que a gente possa pensar o nosso futuro, porque as pessoas não nascem racistas. É a cultura do racismo estrutural, e ela não pode alcançar as nossas crianças. (Palmas)

Então, saúdo a Defensoria por esta extraordinária ação, por dialogar no combate à intolerância religiosa. Portanto, eu tenho muito orgulho de dizer, sim, eu não estou sozinha, na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, no combate ao racismo. O que a gente quer? Queremos ver todas as instituições, como nós temos também, a alegria, deputado Marcelino Galo, de a nossa Assembleia Legislativa figurar a nossa rede de combate ao racismo.

Mas no trabalho destacado de todos os nossos entes, Dr.<sup>a</sup> Eva, Dr.<sup>a</sup> Firmiane, a Defensoria Pública tem lugar especial e destacado nessa relação.

Portanto, viva o trabalho das nossas defensoras, dos nossos defensores!

Espero que, cada vez mais, a gente possa, sim, qualificar as condições de trabalho, pois eu sei que hoje a Defensoria está nos 27 territórios. A nossa Ouvidoria já trouxe a agenda do concurso público e da qualificação dos melhores salários. Esta é a luta de todos nós, trabalhadores e trabalhadoras das categorias!

E, sim, temos de ter governos cada vez mais democráticos e de ouvidos abertos para ouvir as nossas demandas. Eu não tenho dúvida de que o nosso governador Rui Costa e esta Casa trabalharão no sentido desses esforços.

Então, estamos juntos em defesa dos nossos direitos, dos trabalhadores da Defensoria Pública, dos defensores e das defensoras.

Vida longa e fortalecimento com ação da Defensoria, que fortalece também a nossa rede de justiça e a democracia em nosso país!

Vida longa à Defensoria Pública. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Obrigado, secretária Fabya Reis, de Promoção da Igualdade Racial.

(Não foi revista pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Agradeço as presenças e, ao mesmo tempo, as registro, de: Paula Nunes, defensora pública e coordenadora da Área de Família da Defensoria Pública; Virdália de Senna Neto, defensor público e coordenador da Defensoria Pública Especializada Cível e de Fazenda Pública; Lívia Almeida, coordenadora Especializada de Direitos Humanos; e Walter Fonseca, defensor público e coordenador do interior.

Já ouvimos a secretária de Promoção da Igualdade Racial. Agora, ouviremos aquela que cuida das políticas para as mulheres. Então, são duas guerreiras e duas mulheres com a missão muito difícil, pois elas realizam com muita proeza. (Palmas)

Com a palavra a secretária Julieta Palmeira. (Palmas)

**A Sr.<sup>a</sup> JULIETA PALMEIRA:** Bom dia, quero quebrar o protocolo e já saudar a todas e todos vocês que estão neste Plenário para dizer: viva a Defensoria Pública! Essa é a nossa função aqui. (Palmas)

Já de pronto quero saudar o deputado estadual Marcelino Galo, que faz aqui essa iniciativa tão importante, se agregando às iniciativas nacionais. O Senado Federal também fez isso, o Congresso Nacional. E eu acho muito importante que a Bahia possa cumprir essa homenagem, essa celebração da Defensoria Pública em nosso país. Rafson Ximenes e Clériston, desde que eu sou, estou na condição de secretária de estado de política para as mulheres, foram os dois defensores públicos gerais com os quais eu interagi enquanto secretária de estado.

Saudar também as Dr.<sup>as</sup> Firmiane Venâncio, Eva Rodrigues e Lívia Almeida. São três defensoras públicas com quem a gente mantém relações na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. A minha colega e a Maria Angélica em nome do governo do Estado nos associamos: eu, a secretária Fabya e a Maria Angélica da Procuradoria-Geral do Estado nessa saudação do governo do Estado da Bahia, que aqui represento, com a Defensoria Pública. Estamos juntas, a Fabya acabou de falar aqui.

Saudar a defensora ouvidora da Defensoria, Sirlene Assis. A gente já viu aqui o grande impacto da ouvidoria. Não é uma questão somente individual, a ouvidoria é uma conquista da própria Defensoria Pública. E, Valdenor, envio meu abraço também aos procuradores, à nossa procuradora, às procuradoras que estão presentes na Mesa e às representações do sistema de segurança. Estou vendo ali a delegada-geral adjunta e a representação do Corpo de Bombeiros Militar.

Então, quero parabenizar todos vocês.

Eu acho que hoje é um dia em que... quando falamos em homenagear, em celebrar, temos que sempre pensar que quando estamos celebrando a existência da Defensoria Pública, nós estamos celebrando a democracia em nosso país.

A criação e a autonomia, a criação de órgãos do estado, como foi o caso da Defensoria Pública, na nossa Constituição Cidadã, nos deu o fortalecimento da democracia. E, desde a Constituição Cidadã, a Defensoria Pública vem se consolidando, e chega aqui hoje com vocês levantando cada vez mais a bandeira de ampliar os núcleos das defensorias nas diversas cidades da Bahia, de ter orçamento, como foi o caso aqui, ampliação do orçamento, que são duas bandeiras que eu vejo insistentemente sendo levantadas aonde quer que eu vá, com relação à Defensoria Pública. E mais, consolida-se essa autonomia.

Então, nós temos um órgão de um estado que é autônomo, em defesa das cidadãs e dos cidadãos. E isso é democracia, isso representa, concretamente, a democracia em nosso país.

Então, quando venho aqui, enquanto secretária de Estado de Políticas para as Mulheres, quero ressaltar exatamente esse elemento. Segundo, quero agradecer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

**A Sr.<sup>a</sup> JULIETA PALMEIRA:** (...) pela interação que a Defensoria Pública tem com diversas instituições, na constituição da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. E, mais que isso, na busca da equidade de gênero em nosso país e aqui na Bahia. Recentemente, fizemos uma grande ação interinstitucional que foi a instituição do protocolo do feminicídio...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

**A Sr.<sup>a</sup> JULIETA PALMEIRA:** (...) a partir das diretrizes da ONU. E com isso a participação da Defensoria Pública foi extraordinária. (Palmas)

Eu quero agradecer pela atuação cotidiana de vocês no enfrentamento à violência contra as mulheres e, especialmente, no cumprimento das diretrizes da ONU que nós vamos lançar agora, aqui na Bahia, que é o protocolo do feminicídio. (Palmas)

Grande abraço a todos vocês. E viva a Defensoria Pública! Viva a democracia em nosso país! (Palmas)



O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Quero agradecer à secretária de Políticas Públicas para as Mulheres, Julieta Palmeira.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): E agora, quero registrar e agradecer a presença de Sheila Pitanga, coordenadora diocesana da Pastoral da Criança; de Margarete Passos, que é da assessoria do gabinete do secretário Danilo de Melo, secretário de educação em exercício, muito obrigado; de Francisco Kelmo, diretor do Instituto de Biologia da UFBA; do Dr. Clériston Cavalcanti de Macêdo, diretor da Escola Superior da Defensoria Pública. Muito obrigado pelas suas presenças. (Palmas)

Então, agora, meus amigos, minhas amigas, senhores e senhoras, nós vamos passar dois vídeos sobre a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

(Procede-se à apresentação de vídeos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Os dois vídeos institucionais demonstram o trabalho tão importante que é feito pela Defensoria. Quero registrar a presença de Cristina Ulm, defensora pública, coordenadora do Núcleo de Integração da Defensoria Pública; Welton Rocha, chefe de gabinete do Inema, já citei aqui, representando a secretária do Meio Ambiente, Márcia Telles; Laíse de Carvalho Leite, coordenadora da Especializada do Idoso da Defensoria Pública; Marcos Fonseca, defensor público e coordenador da Especializada dos Juizados Especiais, membros do grupo operativo da Defensoria Pública; Hildásio Pitanga, coordenador da Agenda Bahia do Trabalho Decente, representando o secretário do Trabalho; Fabíola Margherita Pacheco de Menezes e Pedro Casali Bahia, coordenadores da Especializada Criminal e Execução Penal; Firmiane Venâncio, subdefensora pública geral; e Álvaro Gomes já citei. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): E agora nós vamos ouvir o nosso defensor público geral, o Sr. Dr. Rafson Saraiva Ximenes. E eu quero testemunhar hoje – ocupando a presidência da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, encaminhando os projetos – a preocupação, o acompanhamento e o monitoramento que são feitos pelo Dr. Rafson, no sentido de que esses projetos possam ser encaminhados e aprovados.

Já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça um projeto bastante importante. O primeiro e, com certeza, de nossa parte, vocês podem ficar tranquilos, porque a nossa aliança vem de uma questão estrutural, da importância que nós sabemos que há, nesse momento, nessa conjuntura, também pela condição em que a sociedade brasileira, como é estruturada, da importância de haver uma Defensoria Pública valorizada, que abranja todos os municípios, se possível. Com certeza, nós vamos chegar lá com esse trabalho. Podem contar com a gente, podem ficar tranquilos.

E agora, Dr. Rafson, que é o defensor público geral. (Palmas)

**O Sr. RAFSON XIMENES:** Bom dia a todas e todos.

Quero saudar os presentes, primeiro, na pessoa do deputado proponente da sessão, deputado Marcelino Galo, e agradecer, deputado, mais uma vez, ao senhor e à Assembleia Legislativa por abrirem este espaço de homenagem à Defensoria, de celebração dessa data tão importante, que é o 19 de maio, de celebração desse trabalho que é realizado.

Não é a primeira nem será a última das parcerias que faremos, e não é a primeira nem será a última vez que nós veremos e testemunharemos o quanto o senhor é um parceiro da Defensoria Pública.

Cumprimento a secretária de Promoção da Igualdade Racial, secretária Fabya Reis. Recentemente, estive aqui em uma homenagem que a senhora recebeu. Eu sempre disse que faço questão de estar presente nos eventos em que se celebra, em que se homenageia tanto a secretaria, quanto a secretária, quanto as pessoas que representam o movimento negro, o movimento indígena, as pessoas que representam a população baiana.

Faço o mesmo e já saúdo também a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a nossa secretária Julieta Palmeira, porque tenho como entendimento político de que essas são pautas estruturantes da sociedade. (Palmas)

Não dá para se falar em uma sociedade mais justa, não dá para se falar em melhorias, inclusive na Defensoria Pública, sem se enfrentarem os problemas estruturais da sociedade, que são o racismo e o machismo.

Cumprimento o Sr. Procurador-Geral de Justiça Adjunto, Paulo Marcelo de Santana Costa, representando a Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público, Dr.<sup>a</sup> Norma. Muito obrigado, Dr. Paulo.

Estivemos ontem lá na própria Defensoria e o senhor está aqui mais uma vez presente, mais uma vez prestigiando a nossa instituição; Sr.<sup>a</sup> Procuradora, Maria Angélica dos Santos Rodrigues, representando o Procurador-Geral do Estado e que, nem todos sabem, já foi uma grande defensora minha, quando eu, em uma das minhas inúmeras contusões, na época que tentava ser atleta, tive que fazer pilates. E sempre que as professoras me faziam sofrer com alguns exercícios, você tomava a minha defesa e dizia para pegarem mais leve; Sr. Coronel Jadson Almeida, representante do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Coronel Marchesini, em nome de quem eu saúdo também o Corpo de Bombeiros e saúdo também a Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública; Sr.<sup>a</sup> Corregedora-Geral da Defensoria Pública da Bahia, Dr.<sup>a</sup> Liliana Sena Cavalcante. Uma pessoa que vem, ao longo desses anos, no exercício do cargo de corregedora, transmitindo a serenidade e o equilíbrio necessários para a Defensoria, além de uma inafastável coerência, ética e coerência de posicionamentos. Então, agradeço muito a sua presença na Defensoria; Sr.<sup>a</sup> Ouvidora-Geral da Defensoria Pública, Sirlene Assis e, a partir de agora, com a posse em breve, tanto a posse popular, quanto a posse formal, presidenta do Colégio Nacional de Ouvidoras Externas da Defensoria

Pública, fato que honra muito a Defensoria Pública baiana e que reflete um excelente trabalho que você tem feito aqui representando a sociedade civil dentro da Defensoria e representando a Defensoria dentro da sociedade civil. Muito obrigado pela atuação e parabéns, Sirlene (palmas); Sr. Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, Dr. Igor Raphael de Novaes, representante legitimamente eleito, democraticamente eleito da classe dos defensores públicos da Bahia e que vem exercendo o seu papel com a altivez necessária. Tivemos uma reunião nessa semana com a sua diretoria, e parabênzo pela condução do trabalho, pela serenidade e pelo fato de ter coragem de, muitas vezes, a custo de sacrifícios pessoais, manter a firmeza de propósito e manter a categoria na direção adequada; Sr.<sup>a</sup> Delegada-Geral Adjunta, Elâine Nogueira, representante da Delegada-Geral de Polícia Civil, Heloísa Campos de Brito, em nome de quem cumprimento todos os delegados e policiais civis e saúdo pelas parcerias que temos realizado também, inclusive em defesa dos policiais civis; Sr. Ouvidor Adjunto do Estado da Bahia, Valdenor Cardoso, muito obrigado, é uma presença muito honrosa para nós, aquele que representa a escuta da sociedade baiana e está aqui para escutar e falar com a Defensoria Pública.

Hoje se marca um período de celebração, celebração da Defensoria Pública baiana e brasileira; celebração de um trabalho que é realizado em prol da sociedade; celebração de um pilar que vem sendo erguido dia a dia de sustentação à democracia no Brasil, e mais do que sustentação, um pilar que vem sendo erguido para potencializar e fazer com que a democracia real aconteça.

Coincidentemente, nessa data de hoje em que a Assembleia, mais uma vez, homenageia a Defensoria, nós vamos dar posse à nova composição do grupo operativo da ouvidoria externa da Defensoria Pública. (Palmas)

Uma representação ainda maior da sociedade civil dentro da instituição para ampliar esse diálogo, e um grupo operativo que vem enfrentando um problema agora, Sirlene. E o problema é que ele está crescendo muito. O problema é que a quantidade de comarcas em que a gente atua hoje é muito maior do que quando o grupo operativo foi criado. Um problema que todo defensor geral queria ter. Um problema que reflete o crescimento da instituição, e isso é mais um motivo para celebrar.

Nós temos aqui presentes um grupo de candidatos aprovados no último concurso da Defensoria Pública, que acabou de ser homologado. E a homologação de um concurso, no quadro em que a gente vive, é um fato para ser muito celebrado. A perspectiva de fortalecimento da instituição, de crescimento da instituição, de fortalecimento dos seus quadros é um fato para ser celebrado. E eu vejo aqui nas galerias Dr.<sup>a</sup> Cristina Ulm, Dr.<sup>a</sup> Larissa Guanaes, que estava aqui mais cedo, Dr.<sup>a</sup> Adonila Fonseca, Dr. Pedro Bahia. Eu lembro que, ainda em 2006, a gente estava nestas galerias pedindo nomeações de defensores. Naquela época, a gente nem sequer usava a camisa verde, porque ninguém na sociedade sabia que a cor da Defensoria era a cor verde. Hoje, eu chego aqui, sou advertido pela

secretária porque não vim com a gravata verde. Sem ter que falar nada. E, desde aquela época, Dr.<sup>a</sup> Cristina, Dr.<sup>a</sup> Larissa, a gente já veio para estas galerias várias vezes, para defender nossa nomeação como candidatos aprovados, para defender nomeação dos outros, para defender proposta de valorização da carreira, para defender proposta e valorização da instituição, e tem uma coisa nesse percurso inteiro que ninguém pode negar: desde aquela época até agora, a gente se mantém em linha reta. (Palmas)

A gente não vai e volta, não muda de pauta a depender dos interesses momentâneos. A pauta de fortalecimento da instituição e a pauta de valorização da carreira são efetivamente defendidas o tempo inteiro. Coincidiu que essa data foi justamente o 13 de maio, a data em que a gente começa a celebração. E é uma data muito importante para reflexão. É importante para a gente refletir que o 13 de maio, que formalmente começou em 1888, mas que, na prática, no campo da luta do movimento social, começou desde 1500, não foi pleno naquele momento e até hoje não é pleno. E isso reflete o que acontece com todas as causas sociais, todas. E a Defensoria Pública, gostem ou não, é uma causa social. A criação da Defensoria Pública, o fortalecimento da Defensoria Pública, a autonomia da Defensoria Pública, a valorização da Defensoria Pública, tudo isso são, ainda, desdobramentos do 13 de Maio, que ainda é um movimento incompleto.

Recentemente eu escrevi que já houve um 13 de Maio, secretária Fabya, em que esta Casa, que na época era a Assembleia Provincial, promulgou uma lei, a Lei nº 9, que determinava a expulsão de todos os africanos do Brasil – e foi no dia 13 de maio.

A história acontece lentamente, com avanços, com retrocessos, com hora de se ter cautela, com hora de se ter mais ousadia, mas a história vai avançando. É um fato que eu nunca vou esquecer, por volta de 2008 ou 2007, a psicóloga Márcia Alencar, então diretora do Depen, que já passou pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ela fez a seguinte afirmação aqui, na Defensoria Pública da Bahia: “No dia em que houver defensores em todas as comarcas do país, o Brasil vai viver sua segunda abolição.” (Palmas).

E quando você sabe disso, quando você internaliza isso realmente, você entende a responsabilidade que é estar onde eu estou, aqui, mas estar onde cada defensor, onde cada servidor da Defensoria está, o tamanho do desafio que a gente enfrenta. É um desafio de continuar a luta que vem de Zumbi dos Palmares, e isso sendo branco, sendo negro, sendo indígena. Não há como chegar ao ano de 2022 e não celebrar que a Defensoria Pública da Bahia está prestes a ter a sua primeira defensora pública indígena. Não há como também não perceber todo o caminho que está sendo trilhado e todos os desafios que a gente enfrenta.

É verdade, deputado Marcelino Galo, que a gente enfrenta um cenário nacional extremamente difícil. É verdade que a democracia do país como um todo está em risco. É verdade que existe um projeto, em curso, de ataque à população –

população que a Defensoria defende –, e que, evidentemente, esse ataque respinga na Defensoria também.

Mas nós sabemos que as dificuldades não estão só no cenário nacional, há dificuldades no cenário estadual também, e nós sabíamos que íamos enfrentá-las. Mas há uma coisa da qual a gente tem que ter consciência: por mais que o cenário seja difícil, a Defensoria Pública do Brasil e a Defensoria Pública da Bahia nunca estiveram tão fortes para enfrentá-lo quanto agora, nunca foram tão respeitadas como é agora. A Defensoria Pública da Bahia nunca foi tão procurada para falar sobre todos os temas que perpassam a sociedade como é agora.

Se vai ser noticiado que aumentaram os furtos famélicos, a Defensoria Pública será procurada para falar. Se vai ser noticiado que aumentou a violência de gênero, a Defensoria Pública será chamada para falar. Se vai ser noticiado que existem famílias, crianças que não conseguem o reconhecimento da paternidade dos seus pais, a Defensoria Pública será chamada para falar. Se vai falar de genocídio da população negra, a Defensoria Pública será chamada para falar. Em todos os locais da sociedade, hoje, a Defensoria é chamada para falar.

É por conta disso que agora, muito recentemente, quando se tentou retirar a prerrogativa de requisição da Defensoria Pública, houve um movimento social extenso que reverteu uma votação que estava perdida no STF. E eu afirmo isso porque eu estava participando diretamente das conversas com os ministros. O quadro foi revertido porque o apoio social que a Defensoria Pública tem hoje surpreendeu todos os atores naquele processo, chegando ao ponto de pessoas que nós nunca imaginamos... Eu vou dar um exemplo que vale por todos: a jornalista Míriam Leitão escreveu um artigo defendendo a Defensoria Pública. Isso acontece e é isso que permite que, neste cenário tão difícil, deputado Marcelino Galo, tão difícil, a gente resista de pé. Que a gente continue avançando.

As pessoas confundem as coisas quando se fala desse papel ideológico e social da Defensoria Pública, quando se fala que defensor público tem que ter comprometimento social, sim, tem que saber pensar na instituição, sim. Tem que entender que, enquanto nós estivermos presentes em menos de 25% das comarcas do estado, como acontece hoje, nós jamais seremos tratados e teremos a segurança que nós merecemos ter.

Não entender isso é uma ingenuidade política. Não entender isso e achar que basta gritar que quer, que vai se conseguir o que quer, é uma ingenuidade política. E as pessoas confundem esse compromisso e essa necessidade de maturidade com a inversão do que representa o papel do defensor público. Quem defende a maturidade política do defensor público, quem defende o fortalecimento da Defensoria Pública jamais defende que o defensor público seja um abnegado, que o defensor público seja alguém bondoso.

É o contrário. O que se defende é que a Defensoria Pública é importante por ser uma carreira, por ter pessoas que agem profissionalmente, por ter pessoas que são valorizadas para trabalharem, por ter pessoas que podem se organizar



institucionalmente para transformarem o que seria um simples atendimento individual em uma pauta política de transformação social.

A Defensoria é o oposto de caridade. A Defensoria é justamente a afirmação de que as pessoas em situação de pobreza, as pessoas para quem ela existe, não podem ter os seus direitos condicionados à bondade dos outros. Não é favor, não é caridade, não é bondade. É direito de as pessoas receberem o serviço, e é dever de quem está na Defensoria prestá-lo.

Essa é a diferença, essa é que é a força da instituição. E é por conta dessa força, é por conta desse compromisso, que a gente deve, sim, ter a capacidade de celebrar a nossa existência. A gente deve, sim, ter a capacidade de respeitar as nossas instâncias, de respeitar as nossas representações. A gente deve ter a capacidade, justamente, para celebrar, para se fortalecer e agir de acordo com a confiança que o constituinte originário ou o constituinte reformador concedeu à nossa instituição, e à nossa categoria, e a quem trabalha na Defensoria.

É uma confiança que exige responsabilidade, que exige sabedoria. E tal sabedoria inclui saber que aquilo que a gente vê no nosso dia a dia, quando vai defender uma pessoa acusada de ter cometido um crime, quando vai defender uma pessoa que teve seu direito de consumidor violado, quando vai defender uma mãe que não recebe pensão alimentícia, quando todos sofrem, é o fato de que estar escrita uma lei não significa socialmente que ela está efetivada. Isso é o básico do nosso dia a dia. E não é possível que a gente não entenda que isso vale para nós também.

A gente teve aqui presente, ele teve que sair porque foi para o trabalho, passou e nos cumprimentou, o deputado federal Amauri Teixeira, você fez uma saudação muito esfuziante a ele, Galo. Ele é reconhecido pela Defensoria Pública brasileira, e isso é praticamente uma unanimidade, como o parlamentar federal que mais lutou e que mais representou a Defensoria Pública no Brasil. Muito do que ele conseguiu implementar em 2014, até hoje, não foi concretizado.

Vamos lembrar que em 2014 foi aprovada uma emenda à Constituição que deu um prazo de 8 anos para a Defensoria estar em todas as comarcas. Na Bahia, Dr. Igor lembrou bem, estamos bem longe disso, mas, no Brasil como um todo, cerca de 50% das comarcas têm defensorias. Isso significa que não houve nenhuma luta? Isso significa que aquilo não valeu nada? É claro que não, porque é isso que dá força para nós continuarmos lutando, porque é isso que dá força para nós evoluirmos.

Esta Semana da Defensoria veio em um período extremamente importante de definição dos rumos do país e de definição dos nossos rumos também, de saber que a Defensoria só é forte quando sabe que ela é composta de defensores, mas também é composta de servidores, também é composta de estagiários e, principalmente, é composta pela população que a gente atende.



Na última semana, nós realizamos mais uma conferência de orçamento participativo com a sociedade, um evento, nossa corregedora estava falando comigo aqui no cafezinho, que a deixou surpresa porque ela não tinha dimensão do quanto nós somos queridos pela sociedade. Nesse evento, uma das primeiras manifestações foi a de um morador em situação de rua que afirmou o seguinte: que ele fazia questão de estar ali presente. Por quê? O povo em situação de rua só é ouvido na Defensoria Pública. (Palmas)

Ele não sabia, mas naquele momento, parecendo ser uma transmissão de pensamento, era realizada, elaborada esta campanha que foi exibida aqui, que vai ser uma campanha permanente da Defensoria Pública, cujo mote é a essência do nosso trabalho. Quando a Defensoria Pública chega, onde a Defensoria Pública chega, ninguém mais está sozinho. Viva a Defensoria Pública! E viva o 19 de Maio! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Agradecer a Dr. Rafson Ximenes, que é o defensor público-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, o grande defensor e agora Dr. Rafson. Como nós estamos no dia 13 de maio, vamos rememorar este dia para falar justamente do que o senhor falou no seu discurso: este país precisa fazer a sua verdadeira abolição, abolir a escravidão, o preconceito, enfim, construir uma democracia que abrigue todo o seu povo de forma generosa, como nós temos condições de fazer num país tão rico.

Então, celebrando este dia como o dia da luta que temos que continuar, nós vamos ver agora uma manifestação cultural com a música de Lazzo Matumbi e Jorge Portugal, aqui interpretada pela nossa cantora Sirlene, que é a nossa ouvidora. Mas agora ela vai cantar (risos), ela ouve, depois canta e depois fala também. Então, agora ela vai cantar essa música que fala sobre o 13 de Maio.

A Sr.<sup>a</sup> Sirlene Assis: Gente, eu não sou cantora, deputado, eu vou tentar aqui e terminarei recitando, está bom?

(Procede-se à apresentação musical.)...

A Sr.<sup>a</sup> Sirlene Assis: Viva o Brasil! Viva a democracia! Viva a Defensoria e a Assembleia Legislativa da Bahia. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Ehh! Sirlene, que atendeu à solicitação, muito obrigado, seguiremos firmes pelo fim do racismo, pela igualdade, pela democracia do nosso país.

E, agora, nós vamos ouvir o Hino Dois de Julho.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Com tiranos não combinam! Brasileiros corações! Viva a Defensoria Pública! Viva os defensores e defensoras. (Palmas)

Agradeço, aqui, a participação, a presença, das autoridades civis, dos Srs. e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, da imprensa e prestamos mais uma vez a nossa grande homenagem a vocês. Muito obrigado! Viva a Defensoria Pública do Estado da Bahia! (Palmas)

Declaro encerrada a sessão.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.*